

Nota Informativa

Edição 044/2024

DESTAQUES

Marcelo Castro inclui regras do TSE sobre IA em relatório do novo Código Eleitoral

Governo Federal e sociedade civil fazem 1ª reunião do Comitê Nacional de Cibersegurança

Pauta verde e processos administrativo e tributário são o foco em abril, diz Efraim

Parlamentares discutem acordo entre Mercosul e Associação Europeia de Livre Comércio

Lei valida transações imobiliárias feitas de boa-fé com imóveis declarados indisponíveis

Brasil e União Europeia trocam experiências sobre regulamentação de inteligência artificial e de serviços digitais

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Anatel promove talk show sobre cidadania, inclusão digital e direitos dos consumidores

Anatel estudará ampliar participação de entidades do consumidor na formulação de regulamentação

Ministério das Comunicações destaca soluções para os desafios de levar conectividade a todos brasileiros

Senadores votarão urgência para marco legal das startups após Semana Santa

REFORMA TRIBUTÁRIA

Subcomissão da Comissão de Finanças vai acompanhar regulamentação da reforma tributária

AGRONEGÓCIO

Ministro Fávaro diz que Inteligência Artificial é o futuro do agro

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Haddad diz que regulamentar reforma tributária em 2024 é prioridade e que conta com Congresso

Lula pede ajuda ao Banco do Brasil para ampliar crédito e impulsionar crescimento econômico, diz CEO

Governo pode tirar urgência de projeto da Receita, se punição ao devedor contumaz continuar de fora

Governo mantém estimativa de crescimento do PIB em 2,2% para 2024

Governo prorroga por seis meses transição da concessão do seguro de crédito à exportação

Arrecadação federal cresce 12,3% e é a maior para fevereiro em 30 anos

Entidades do setor produtivo pedem cortes maiores na Selic

Copom reduz juros básicos da economia para 10,75% ao ano

JUDICIÁRIO

TST definirá regras para trabalhador se opor à contribuição assistencial

MEIO AMBIENTE

Lula assina decreto que cria Secretaria para organização da COP 30 em Belém

POLÍTICA

Câmara pode votar mudanças na Lei de Falências e programa para bom contribuinte

RELAÇÕES EXTERIORES

Brasil e Equador estudam cooperação técnica para geração de trabalho e renda

DESTAQUES

Marcelo Castro inclui regras do TSE sobre IA em relatório do novo Código Eleitoral

Poder Legislativo | 20/03/2024 – 17h

O relator do novo Código Eleitoral, senador Marcelo Castro (MDB-PI), incluiu no texto uma parte da resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre regras eleitorais. No parecer do senador, agora há a regra de que conteúdos criados a partir de inteligência artificial (IA) devem incluir um selo indicando que são sintéticos e foram criados com a tecnologia. O senador apresentou o seu novo parecer para o Código Eleitoral na quarta-feira (20). A proposta está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas ainda não tem data para ser analisada. Caso seja aprovado na comissão e no plenário do Senado, o projeto ainda retorna para a Câmara dos Deputados. A regra sobre inteligência artificial, agora parte da proposta do Código Eleitoral, inclui conteúdos em imagem e sons criados com a tecnologia. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Federal e sociedade civil fazem 1ª reunião do Comitê Nacional de Cibersegurança

Poder Executivo | 21/03/2024 – 10h55min

O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR)

realizou, na tarde da quarta-feira, 20 de março, no Palácio do Planalto, a 1ª Reunião do Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber), composto por representantes do Governo Federal, da sociedade civil, de instituições científicas e entidades do setor empresarial. O comitê vai se reunir trimestralmente e terá como missão propor atualizações para a Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber), além de sugerir estratégias de cooperação técnica internacional, de forma a incrementar e aprimorar a resiliência cibernética em todo o país. Foram discutidas, no primeiro encontro, a proposta de Regimento Interno, a criação de Grupos de Trabalho Temático (GTT) para a atualização da Estratégia Nacional de Cibersegurança (e-Ciber), assim como a elaboração de proposta de criação de um órgão de governança da atividade de cibersegurança no Brasil. Outros pontos abordados foram a discussão em torno da definição de parâmetros de atuação internacional do Brasil em segurança cibernética, além da definição de datas das reuniões subsequentes. Fonte: Agência Gov

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Pauta verde e processos administrativo e tributário são o foco em abril, diz Efraim

Poder Legislativo | 21/03/2024 – 13h55min

Projetos da chamada pauta verde, de transição energética, e as propostas legislativas de modernização dos processos administrativo (Lei 9784, de 1999) e tributário nacional (Lei 5.172, de 1966) estão entre as matérias listadas em entrevista coletiva pelo senador Efraim Filho (União-PB) para serem votadas a partir da segunda semana de abril. Ele falou após a reunião de líderes de quinta-feira (21). O líder do União disse apostar na pauta verde como prioridade da agenda de votações do Senado, no próximo mês. Entre as propostas, deve receber atenção o projeto (PL 327/2021), que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten) para incentivar projetos de desenvolvimento sustentável com recursos de créditos de empresas perante a União. — O Senado tem esse prazo de análise, de amadurecimento e a ideia é que na segunda quinzena de abril você tenha esses projetos da agenda verde, da sustentabilidade, transição energética. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Parlamentares discutem acordo entre Mercosul e Associação Europeia de Livre Comércio

Poder Legislativo | 21/03/2024 – 09h18min

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) reuniu-se na quinta-feira (21) para discutir as relações entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA). A reunião contou com a participação de integrantes da associação. Estabelecida em 1960, a EFTA é uma área de livre comércio atualmente integrada por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. De acordo com a representação brasileira, os quatro países têm juntos um PIB de cerca de US\$ 1 trilhão e uma população de 13,5 milhões de pessoas. Eles estão entre os maiores PIBs per capita do mundo e têm mercado consumidor de grande relevância global. Ainda segundo a representação, a EFTA possui 29 acordos comerciais já firmados. As negociações entre o Mercosul e a associação, iniciadas em 2017, chegaram a um acordo político (sem efeitos jurídicos) em 2019, após dez rodadas de negociação. O acordo inclui compromissos de acesso de bens e serviços aos respectivos mercados. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lei valida transações imobiliárias feitas de boa-fé com imóveis declarados indisponíveis

Poder Legislativo | 21/03/2024 – 13h57min

Entrou em vigor na quinta-feira (21) a [Lei 14.825/24](#), que valida as transações imobiliárias feitas de boa-fé com imóveis declarados indisponíveis pela Justiça. A lei estabelece que, se o registro do imóvel não contiver informações sobre bloqueio judicial (inclusive em ações de improbidade administrativa ou por hipoteca judiciária), a venda a terceiro terá validade jurídica. A medida resguarda os interesses do terceiro de boa-fé, ou seja, da pessoa que adquire um bem sem conhecimento de situações que possam levar à invalidação da transação imobiliária. A nova lei tem origem em projeto do deputado Paulo

Abi-Ackel (PSDB-MG), aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado (PL 1269/22). O texto foi sancionado sem vetos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicado no Diário Oficial da União da quinta-feira (21). Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil e União Europeia trocam experiências sobre regulamentação de inteligência artificial e de serviços digitais

Poder Executivo | 20/03/2024 – 15h07min

Servidores da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) participaram, na semana, do Diálogo Bilateral União Europeia-Brasil sobre Economia Digital, no Ministério das Relações Exteriores (MRE). A Autoridade foi representada pela diretora Miriam Wimmer e pela Coordenadora-Geral de Relações Internacionais e Institucionais, Juliana Muller. Na terça-feira (19), Miriam participou do workshop sobre regulamentação de inteligência artificial. A diretora contextualizou o histórico da discussão sobre a regulamentação da inteligência artificial no Brasil e falou sobre o papel da Autoridade. "Especialmente no que tange à Inteligência Artificial, há um campo fértil para compartilhamento de percepções, visto que a União Europeia acaba de aprovar o AI Act, cuja discussão tem também influenciado os debates no Congresso brasileiro, declarou. Na quarta-feira (20), Juliana falou sobre a regulamentação das transferências internacionais no Brasil e sobre o andamento das negociações do acordo mútuo de reconhecimento de adequação. "A partir da aprovação do regulamento, passaremos a trabalhar na avaliação do lado Europeu", afirmou. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Anatel promove talk show sobre cidadania, inclusão digital e direitos dos consumidores

Poder Executivo | 21/03/2024 – 13h59min

O Espaço Cultural da Anatel em Brasília foi palco de um talk show descontraído e informal a respeito de temas que afetam diretamente os consumidores de serviços de telecomunicações no País. Na tarde da terça-feira (19/3), o influenciador Talison Ferreira (do canal Loucos da Telecom no YouTube) entrevistou representantes da Agência sobre o ecossistema digital e os seus desafios e oportunidades, bem como apresentou questões sobre direitos dos usuários e sobre golpes que podem ser evitados com as devidas cautelas. No primeiro bloco do talk show, Talison conversou com o conselheiro Artur Coimbra e com a superintendente de Relações com Consumidores, Cristiana Camarate a respeito do papel da Anatel no ecossistema digital, as iniciativas para ampliar o acesso aos serviços de telecomunicações e as ações para incentivar a chamada alfabetização digital – a capacidade de o usuário extrair do mundo digital os maiores benefícios possíveis. Fonte: ASCOM Anatel

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel estudará ampliar participação de entidades do consumidor na formulação de regulamentação

Poder Executivo | 21/03/2024 – 13h38min

O conselheiro diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e presidente do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (Cdust), Vicente Aquino, mencionou, na 1ª Reunião Ordinária de 2024 do Cdust realizada na quarta-feira (20), a possibilidade de a Anatel estudar mecanismos de fomento à participação dos órgãos de defesa do consumidor e dos Conselhos de Usuários de serviços de telecomunicações nas tomadas de subsídios realizadas nas fases preliminares dos processos regulatórios da Agência. A proposta foi uma resposta à manifestação dos Conselhos de Usuários das prestadoras de telecomunicações que manifestaram interesse em participar de forma mais ativa desses processos. O representante das entidades de defesa do consumidor no Cdust e diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Igor Rodrigues Britto, reconhecendo que a Anatel possui uma das mais efetivas estruturas de promoção de participação social e elogiando a atuação da Superintendência de Relações com Consumidores na liderança do Grupo de Implantação do

Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC), defendeu que a elaboração da Análise de Resultado Regulatório (ARR) do RGC seja precedida de tomada de subsídios com ampla participação das entidades de defesa do consumidor. Fonte: ASCOM Anatel

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministério das Comunicações destaca soluções para os desafios de levar conectividade a todos brasileiros

Poder Executivo | 21/03/2024 – 10h55min

Durante a 12ª edição do Diálogo Brasil-União Europeia sobre Economia Digital, organizado pelo Ministério das Relações Exteriores, o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Hermano Tercius, destacou que a grande missão do Governo Federal é oferecer conectividade para toda a população. “O Brasil atingiu 90% de internet nos domicílios, com conexões fixas ou móveis. Os nossos esforços estão concentrados em alcançar aqueles que ainda não estão conectados, para que ninguém seja deixado para trás”, afirmou Hermano. O secretário lembrou que o último encontro com a União Europeia aconteceu em 2019 e reforçou a importância do diálogo para a construção de novos projetos para a área. “Como sabem, este tem sido um diálogo digital muito frutífero ao longo dos anos, tanto em termos de discussões políticas como de projetos tecnológicos”, disse. Fonte: Agência Gov

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senadores votarão urgência para marco legal das startups após Semana Santa

Poder Legislativo | 20/03/2024 – 20h43min

O senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado, solicitou durante sessão do Plenário, na quarta-feira (20), que ficasse para a próxima semana a votação da urgência para o projeto (PLP 252/2023). A proposta, de iniciativa do senador Carlos Portinho (PL-RJ), pretende impulsionar o crescimento e a competitividade das startups e do empreendedorismo inovador. Wagner argumentou que o governo pretende votar a proposta só depois da Semana Santa. O pedido de urgência foi apresentado pela senadora Margareth Buzetti (PSD-MT), ainda na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o relator foi o senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Izalci concordou com o pedido do líder do governo, justificando que a sua intenção é aprovar a proposta por unanimidade. O projeto altera a Lei Complementar 182/2021 para instituir uma nova modalidade contratual, denominada Contrato de Investimento Conversível em Capital Social (CICC). De acordo com Portinho na justificativa do projeto, a conversão em capital social “é o principal objetivo tanto do empreendedor quanto do investidor, uma vez que é um indicativo de que a startup está progredindo satisfatoriamente e avançando em sua jornada”. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Subcomissão da Comissão de Finanças vai acompanhar regulamentação da reforma tributária

Poder Legislativo | 20/03/2024 – 20h47min

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados instalou na quarta-feira a Subcomissão da Reforma Tributária. O deputado Fernando Monteiro (PP-PE) foi eleito presidente do grupo e nomeou o deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) como relator. Os dois afirmaram que vão buscar colaborar com os trabalhos da comissão especial que será criada para analisar os projetos de lei complementar que devem regulamentar a reforma. Para Fernando Monteiro, quanto mais a Câmara ouvir os diversos setores da economia, menos vai errar. Ele citou o exemplo do setor de saneamento, que, segundo ele, deveria ter um tratamento especial em relação à tributação sobre valor agregado, como vai acontecer com o setor de saúde. “Em todos os índices no mundo, na ONU, o saneamento básico faz parte dos índices da saúde”, ponderou. O deputado Luiz Carlos Hauly também explicou que vai solicitar audiências públicas que sejam complementares às que forem marcadas por outros colegiados. “Se houver uma comissão especial, alguns vão participar da comissão especial, mas é um trabalho permanente, perene, da Comissão de Finanças.”

AGRONEGÓCIO

Ministro Fávoro diz que Inteligência Artificial é o futuro do agro

Poder Executivo | 21/03/2024 – 13h15min

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávoro, se reuniu com representantes do setor de tecnologia voltado para a Inteligência Artificial (AI) e professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) para debater sobre o uso da ferramenta no agronegócio, na quarta-feira (20), em Brasília. No dia que celebrava o Dia Mundial da Agricultura, o ministro Fávoro destacou que “a Inteligência Artificial é o futuro dos conhecimentos voltados para o agronegócio, setor primordial para a sociedade”, disse. Fávoro ainda afirmou que o uso da ferramenta se trata de estratégias de segurança nacional. Os representantes apresentaram que uso da ferramenta no agronegócio permitirá o melhoramento das informações já existentes sobre o setor, o posicionamento do Brasil como referência global em Inteligência Artificial por meio do agrônomo virtual, a proposta para preparação de um centro de referência nacional em Londrina aumentando a produtividade com modelos de linguagem de grande porte e preparação para efeitos da mudança climática. No início do mês, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pediu ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) para elaborarem uma proposta de política de IA com o objetivo de tornar o Brasil competitivo na área a nível mundial. Fonte: ASCOM MAPA

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Haddad diz que regulamentar reforma tributária em 2024 é prioridade e que conta com Congresso

Poder Executivo | 21/03/2024 – 12h57min

“A reforma tributária é fruto de um trabalho intelectual árduo desenvolvido por Bernard Appy [secretário da Fazenda] e Nelson Machado [ex-ministro do Planejamento] desde 2016. É prioridade aprovar a sua regulamentação esse ano”, afirma. Como mostrou o Painel, integrantes do governo têm dito nos últimos dias que a regulamentação da reforma poderia ficar para 2025, com os argumentos de que a agenda legislativa está lotada no primeiro semestre e que, no segundo, a eleição municipal esvaziará o Congresso. Além disso, a maior parte dos pontos da reforma só entra em vigor em 2026. Haddad, no entanto, rechaça essa possibilidade, e diz que aprovar a regulamentação em 2024 seria importante para a reputação econômica do país internacionalmente. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula pede ajuda ao Banco do Brasil para ampliar crédito e impulsionar crescimento econômico, diz CEO

Poder Executivo | 20/03/2024 – 17h53min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao Banco do Brasil que se junte aos esforços do governo para impulsionar o crescimento econômico por meio do fomento das linhas de crédito, disse a CEO do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, em entrevista à agência Bloomberg. O pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não significa que o banco assumirá riscos excessivos ou colocará em risco suas orientações ou protocolos de governança, disse ela em entrevista no evento Bloomberg New Voices em São Paulo. — O presidente nos pediu para garantir que o crédito chegue a todos os brasileiros — disse Tarciana, de 45 anos. No entanto, ela contou que Lula também disse que “nenhum banco público deve realizar operações que resultem em perdas”, afirma ela. O banco estatal buscará mercados onde vê potencial, como home equity, crédito consignado para aposentados do INSS e médias e pequenas empresas, ao mesmo tempo em que focará em seus clientes tradicionais do agronegócio, afirmou a executiva. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo pode tirar urgência de projeto da Receita, se punição ao devedor contumaz

continuar de fora

Poder Legislativo | 21/03/2024 – 15h20min

O governo pretende retirar o regime de urgência do projeto de lei que cria programas de conformidade tributária e aduaneira no âmbito da Receita Federal (o Confia e o Sintonia), se a Câmara dos Deputados insistir em excluir do projeto as regras para punir o “devedor contumaz” – aquele que “extrapola os limites da inadimplência” e comete um ilícito. O texto tramita em regime de urgência, o que faz com que tranque a pauta a partir de quinta-feira (21), até que seja votado. Enquanto isso não ocorrer, a Câmara não poderá deliberar sobre outros projetos de lei em plenário. Numa longa reunião na quinta-feira com os líderes partidários, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), e representantes do Ministério da Fazenda, ficou acertado que a discussão ficará para a próxima semana. Eles votarão o projeto com mudanças na lei que falência, que também tem urgência. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Governo mantém estimativa de crescimento do PIB em 2,2% para 2024**

Poder Executivo | 21/03/2024 – 15h05min

O Ministério da Fazenda manteve a projeção de crescimento da economia brasileira - Produto Interno Bruto (PIB) - em 2,2% para 2024. O dado está no Boletim Macroeconômico, divulgado na tarde de quinta-feira (21/3) pela equipe econômica da pasta. Segundo o relatório, o crescimento em 2024 deverá ser mais equilibrado em relação ao ano passado, baseado no avanço de setores cíclicos, isto é, itens de consumo não-essenciais, que inclui segmentos como moda, eletrodomésticos e eletroeletrônicos e o de construção civil, que reúne construtoras e incorporadoras, além da expansão da absorção doméstica, que representa a soma do consumo das famílias, do governo e da formação bruta de capital fixo. Apesar da projeção para o crescimento ter permanecido estável, houve revisão nas estimativas de PIB por setor produtivo. Para a Agropecuária, a variação esperada caiu de 0,5%, no Boletim de novembro, para -1,3% agora, refletindo, principalmente, a redução nos prognósticos para a safra em 2024. Em contrapartida, a projeção para a expansão dos Serviços em 2024 aumentou, passando de 2,2%, no Boletim de novembro, para 2,4% em março. Para a Indústria, a expectativa de crescimento também foi revisada para cima, de 2,4% para 2,5% em 2024. O setor deverá ser impulsionado pela recuperação da produção manufatureira e da construção, com reflexo nos investimentos pela ótica da demanda. Fonte: Agência Gov

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Governo prorroga por seis meses transição da concessão do seguro de crédito à exportação**

Poder Executivo | 21/03/2024 – 13h53min

O governo federal prorrogou por seis meses a transição da concessão do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), cujo prazo acabaria nas próximas semanas. O SCE é uma espécie de seguro concedido pela União para exportações superiores a dois anos. A prorrogação foi realizada por meio de despacho publicado na quarta-feira (21), no Diário Oficial da União (DOU). O plano da União desde setembro do ano passado é que a concessão passe do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) para a Câmara de Comércio Exterior (Camex) – ambos ligados ao próprio governo federal. “Considerando a complexidade dos temas e a necessidade de melhor preparar a transição, foi necessária essa prorrogação”, disse o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) em nota ao Valor. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Arrecadação federal cresce 12,3% e é a maior para fevereiro em 30 anos**

Poder Executivo | 21/03/2024 – 13h51min

A arrecadação do Governo Federal atingiu, em fevereiro de 2024, o valor de R\$ 186.522 bilhões, acréscimo real (descontado a inflação) de 12,27% em relação ao mesmo mês do ano passado. Foi o melhor resultado já registrado para meses de fevereiro da série histórica iniciada em 1995. Segundo a Receita Federal, o aumento na arrecadação foi

impulsionado pelas contribuições previdenciárias e taxaço de combustíveis, além do impulso gerado pela nova tributação de fundos exclusivos. No período acumulado de janeiro a fevereiro de 2024, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 467.158 bilhões, representando um acréscimo real de 8,82%. “Importante observar que se trata do melhor desempenho arrecadatário desde 2000, tanto para o mês de fevereiro quanto para o bimestre”, informou a Receita Federal em relatório. Fonte: Agência Gov

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Entidades do setor produtivo pedem cortes maiores na Selic

Mercado | 20/03/2024 – 20h27min

A redução da Taxa Selic (juros básicos da economia) em 0,5 ponto percentual recebeu críticas do setor produtivo. Entidades da indústria e centrais sindicais pediram mais ousadia do Banco Central (BC) na hora de cortar os juros. Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) destacou que o corte de 0,5 ponto é insuficiente. Segundo a entidade, a inflação controlada permite reduções maiores que barateariam o crédito para investimentos e impulsionariam a política de reindustrialização. “É importante que o Banco Central compreenda a realidade brasileira e dê a sua contribuição para a tão necessária redução do custo financeiro suportado pelas empresas, que se acumula ao longo das cadeias produtivas, e pelos consumidores. Sem essa mudança urgente de postura, fica mais difícil avançar na agenda de neindustrialização, o que, conseqüentemente, anula oportunidades de mais prosperidade econômica para o país”, destacou em nota o presidente da CNI, Ricardo Alban. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) pediu que o BC não mexa no ritmo dos cortes e mantenha a redução de 0,5 ponto nas próximas reuniões. Em comunicado emitido logo após a reunião, o Copom informou que pretende fazer apenas um corte adicional de 0,5 ponto em maio, indicando que deve interromper o ciclo de reduções dos juros em junho. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Copom reduz juros básicos da economia para 10,75% ao ano

Poder Executivo | 20/03/2024 – 18h38min

O comportamento dos preços fez o Banco Central (BC) cortar os juros pela sexta vez seguida. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,5 ponto percentual, para 10,75% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros. Em comunicado, o Copom informou que deverá fazer apenas mais uma redução de 0,5 ponto na próxima reunião, em maio, o que aumenta a chance de a autoridade pausar o ciclo de cortes a partir de junho. Nos textos anteriores, o órgão indicava que prosseguiria com as reduções “nas próximas reuniões”. Segundo o comunicado, o cenário para a inflação permanece inalterado, com riscos tanto de alta como de baixa. Entre os fatores que podem elevar a inflação, estão a persistência das pressões inflacionárias globais e o aquecimento do setor de serviços. Entre os possíveis fatores de queda, estão a desaceleração da economia global maior que a projetada e impactos mais fortes que o esperado das altas de juros em outros países. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

TST definirá regras para trabalhador se opor à contribuição assistencial

Poder Judiciário | 21/03/2024 – 05h10min

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) vai definir o modo, o momento e o lugar apropriado para o empregado não sindicalizado exercer seu direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial - que tem como finalidade ajudar os sindicatos nos processos de negociação. Por maioria, o Pleno acolheu a proposta de instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) para uniformizar o entendimento. Segundo advogados trabalhistas, o julgamento do TST será importante para estabelecer parâmetros. Isso porque tem ocorrido abusos de sindicatos ao colocar inúmeras condições para os trabalhadores que quiserem se opor ao pagamento. Apenas no TST, há 2.423 processos sobre o tema, de acordo com levantamento da Coordenadoria de Estatística da

Corte. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MEIO AMBIENTE

Lula assina decreto que cria Secretaria para organização da COP 30 em Belém

Poder Executivo | 20/03/2024 – 17h09min

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o decreto 11.955/2024, que institui a Secretaria Extraordinária para a COP 30. A publicação está no Diário Oficial da União da quarta-feira (20). A COP 30 acontecerá em novembro de 2025, na Amazônia. É a primeira vez que o Brasil sedia o evento. A coordenação central no âmbito do Governo Federal irá organizar, monitorar e impulsionar todas as ações governamentais, nas diferentes esferas. Através da Secretaria, a articulação necessária entre Belém, que é o município-sede, o estado do Pará e o Governo Federal será consolidada — além da interlocução com a Organização das Nações Unidas (ONU), a organização intergovernamental que promove a conferência sobre mudança do clima. São previstos 30 servidores no organograma da nova estrutura, entre comissionados e servidores efetivos. Todos estes cargos já existem na estrutura do Ministério da Gestão e Inovação e serão remanejados em caráter temporário até a finalização dos trabalhos da Secretaria, prevista para ocorrer em junho de 2026. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Câmara pode votar mudanças na Lei de Falências e programa para bom contribuinte

Poder Legislativo | 21/03/2024 – 14h37min

O plenário da Câmara dos Deputados pode votar na quinta-feira (21) o relatório da deputada Dani Cunha (União-RJ) sobre a proposta do governo para mudar a Lei de Falências, que amplia a participação dos credores em processos de recuperação judicial (RJ) e falências. Dani Cunha é favorável à proposta com modificações. Por isso, apresentou um substitutivo ao Projeto de Lei 3/24, que altera a Lei de Recuperação Judicial e Falências. Também pode ser analisado relatório do deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO) a projeto do governo que institui programas de conformidade para beneficiar bons contribuintes (PL 15/24). Fonte: Infomoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Brasil e Equador estudam cooperação técnica para geração de trabalho e renda

Poder Executivo | 21/03/2024 – 11h40min

Conhecer as experiências bem-sucedidas do Brasil para a criação de emprego e geração de renda, este foi o tema central da conversa entre o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, com o embaixador do Equador no Brasil, Carlos Velástegui, recebido na manhã da terça-feira (20), em Brasília (DF). O embaixador estava acompanhado da primeira secretária da representação diplomática equatoriana, Ana Díaz. “Temos interesse em conhecer as políticas desenvolvidas no Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil e de entender a repercussão que elas têm ganhado no mundo”, explicou Velástegui. “O Brasil tem diversas iniciativas públicas que podem ser replicadas no Equador e em outros países da região, queremos ampliar a nossa relação bilateral, com especial interesse na área de Trabalho e Emprego”, disse. Fonte: Agência Gov

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)